



Universidade de Brasília  
Instituto de Ciências Humanas  
Departamento de História

BRUNA LIMA DA SILVA

**O Movimento Nacionalista Feminino (MNF) e a participação das mulheres nas  
disputas políticas que marcaram o governo de João Goulart (1961-1964)**

Brasília – DF

2023

BRUNA LIMA DA SILVA

**O Movimento Nacionalista Feminino (MNF) e a participação das mulheres nas disputas políticas que marcaram o governo de João Goulart (1961-1964)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito para a obtenção do grau de licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Mateus Gamba Torres

Brasília – DF, 2023

**RESUMO:** Este artigo tem o objetivo de identificar de que maneira as mulheres participaram do debate político e das lutas que envolveram o governo de João Goulart e suas reformas de base. Nesse sentido, durante o período em que ele esteve no cargo da Presidência da República (1961-1964), houve a criação de uma associação de mulheres chamado Movimento Nacionalista Feminino (MNF), entre 1963 e 1964, o qual teve uma atuação bastante significativa no Rio de Janeiro (RJ). Ainda que não se considerassem feministas, as pautas do movimento buscavam o protagonismo da mulher na política brasileira e defendiam as reformas de base. Como será demonstrado nesta pesquisa, o movimento que se descrevia como apartidário, tinha um posicionamento evidentemente à esquerda, em favor das reformas de base e com o objetivo de organizar politicamente a mulher brasileira em prol dessa luta.

**ABSTRACT:** This article aims to identify how women participated in the political debate and struggles that involved João Goulart's government and its basic reforms. In this sense, during the period in which he was in charge of the Presidency of the Republic (1961-1964), there was the creation of a women's association called the Feminine Nationalist Movement (MNF), between 1963 and 1964, which had a very significant role. in Rio de Janeiro (RJ). Even though they did not consider themselves feminists, the movement's agenda sought women's leading role in Brazilian politics and defended basic reforms. As will be demonstrated in this research, the movement, which described itself as non-partisan, had a position clearly on the left, in favor of basic reforms and with the objective of politically organizing Brazilian women in favor of this struggle.

**Palavras-chave:** Movimento Nacionalista Feminino, mulheres, João Goulart.

**Keywords:** Women's Nationalist Movement, women's, João Goulart.

## Introdução

Escrever sobre a História das Mulheres significa conferir e reconhecer a historicidade de uma categoria que até recentemente esteve apagada da historiografia. A ampliação e a pluralização que ocorreu no campo da História no século XX, em decorrência da revolução historiográfica causada pela *Escola do Annales* - ainda que, em um primeiro momento, a preocupação do movimento não estivesse voltada especificamente para a figura feminina - trouxe uma renovação da disciplina acadêmica e em seu campo de atuação, que permitiu a inclusão de novos objetos, fontes e perspectivas até então negligenciadas, investindo à História um campo de múltiplas possibilidades, no qual as mulheres passam ser vistas como sujeitos históricos.

Com essas reformulações teórico-metodológicas, há também uma nova maneira de se escrever e pensar a História. Nessa perspectiva, Michelle Perrot, em seu livro *Minha história das mulheres*, esclarece: “[...] A história é o que acontece, a sequência dos fatos, das mudanças das revoluções, das acumulações que tecem o devir das sociedades. Mas é também o *relato* que se faz de tudo isso” (PERROT, 2007).

A concepção de uma História-Problema, isto é, de constituir os documentos – as fontes históricas - de uma problematização a partir dos questionamentos do historiador, “[...] de reconstruir o vivido através de problemas e motivações da época do próprio historiador.” (BARROS, 2010), em oposição a uma História factual, preocupada meramente em descrever os acontecimentos políticos é outro ponto fundamental para entender essa emergência da História das Mulheres que ocorreu no século passado, como também nos esclarece sobre a sua ausência durante tanto tempo. Os discursos estão inseridos em um contexto histórico-social vinculados àqueles que o produzem. A História, compreendida como a construção de, não apenas um - uma única História - mas diversos discursos, ou seja, diversas Histórias, é um campo atravessado pelas tensões e pelas disputas de poder, na qual as narrativas são determinantes para moldar uma sociedade e sua cultura. (MOREIRA, 2011).

A constituição de um campo de pesquisa voltado, primeiramente, para uma reparação histórica, no sentido de incorporar as mulheres na História, onde permaneceram excluídas por muito tempo, começa a ganhar relevância na década de 1970, primeiramente nos Estados Unidos, depois na Europa e, finalmente, no Brasil.

No entanto, essa visibilidade, apesar de importante, conforme aponta Diva do Couto Gontijo Muniz (2018), destinou às mulheres um papel secundário nas narrativas históricas, restringindo sua atuação ao espaço privado e domiciliar, no campo da subjetividade e das emoções: “[...] Enfim, confere-se visibilidade às mulheres, enclausurando-as, porém, em modelos normativos, fundados em uma suposta ‘essência’ e traduzida na reiterada ‘condição feminina’” (citação).

Contudo, é necessário enfatizar que esses trabalhos foram essenciais para abrir o caminho para a formação da área e não podem ser negligenciados ou esquecidos, mas devem ser vistos como produtos de seu tempo e lugar e, nesse sentido, circunstanciados pelos limites de cada época.

Ainda assim, mesmo com a relevância da historicização da vida privada, na qual a mulher ganha protagonismo, é o espaço público, político e econômico considerado o lugar da “inteligibilidade histórica” (MUNIZ, 2018). Neste lugar, a mulher ainda não é vista como protagonista. As narrativas históricas permanecem sendo sobre a participação e as ações dos homens.

Nesse sentido, o movimento feminista é determinante para imprimir um novo marco na historiografia sobre as mulheres, a partir da reformulação do conceito de gênero. Se na década de 1970, a produção historiográfica a respeito das mulheres tem como objeto de análise as relações de trabalho e o capitalismo, na década seguinte, o gênero será o elemento condutor da análise sobre elas. Como bem define Joan Scott, o gênero é “...um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e é uma forma primária de dar significado às relações de poder”. (SCOTT, 1995). A partir das diferenças sexuais, forma-se um discurso disfarçado de científico, em que as mulheres são “naturalmente” inferiores aos homens e, com isso, a construção de um mundo social pautado pelas relações de poder e pelas distinções sociais, políticas e econômicas entre homens e mulheres.

O livro de Simone de Beauvoir, *O Segundo Sexo*, aparece como um divisor de águas entre as feministas na década de 1970, conforme aponta Iracélli da Cruz Alves (2020). É a partir dele que os debates são sofisticados e, então, “[...] as feministas brasileiras teriam compreendido que o ‘ser mulher’ não era meramente um dado biológico, mas uma construção cultural.” (citação)

E é com essa construção social e cultural que a mulher é reservada ao espaço privado, com um papel estritamente definido, submissa ao homem, destinada à reprodução e aos cuidados da família. Essa condição, no entanto, sofrerá profundas mudanças no século XX, primeiramente pelas mudanças nas relações de trabalho em decorrência das guerras mundiais e, principalmente, pela organização de mulheres para reivindicar a ocupação de um outro espaço, o público.

Cabe a ressalva aqui que ao falar sobre a categoria mulher, não se trata de uma categoria única, mas sim de uma categoria heterogênea, com múltiplas facetas, construída e atravessada por diferentes discursos e práticas. Nesse sentido, ao identificar uma ausência de mulheres no espaço público, é necessário entender que existe um recorte de classe e raça nessa afirmação. Feito essa consideração, no Brasil, a conquista do espaço público para essas mulheres teve períodos, pautas e definições diferenciadas. Em um primeiro momento, elas precisaram lutar pelo direito à educação, no século XIX. (HOLLANDA, 2019). Depois veio a organização das sufragistas, comumente conhecido como a primeira onda do feminismo, onde buscava-se o direito ao voto e, conseqüentemente, o direito à cidadania.

Com o surgimento do movimento feminista imbricado aos movimentos políticos da década de 1960, conforme aponta Tânia Maria Gomes da Silva (SILVA, 2008) é cada vez mais evidente a presença das mulheres no espaço público, questionando os valores tradicionalmente aceitos e o papel de subalterna que supostamente deveriam ocupar dentro do espaço privado. A partir dessa organização, o campo de estudos sobre a mulher ganhará ainda mais força.

Dessa forma, é possível perceber que a História das Mulheres é, ainda hoje, um assunto recente na historiografia. No Brasil, o movimento feminista, ao buscar compilar uma história sobre a emancipação feminina, seguiu uma cronologia bem parecida com a do movimento europeu e o norte americano. Como observado por Iracélli da Cruz Alves (2020), as correntes historiográficas sobre o movimento feminista se dividem, basicamente, em dois grupos: de um lado defende-se que o movimento surgiu na década de 1970 e outro aponta uma cronologia fragmentada, em que o movimento se divide em ondas. Essa concepção é criticada pela autora:

...Prefiro pensar o processo como movimento. Talvez o esforço em dividir essa história em etapas não dê conta de explicar a complexidade dos feminismos, cuja história não é marcada por uma temporalidade

conectada a uma linha evolucionista e diacrônica. A perspectiva da linearidade talvez aumente o risco de respostas fáceis: rotular de excepcionais casos que fogem às características atribuídas às fases. (ALVES, 2020, p. 19)

O movimento feminista ao estabelecer essa cronologia fragmentada sobre a história da emancipação das mulheres, valorizando principalmente o que ficou conhecido pela segunda onda em 1970, deixa lacunas importantes na história, onde as mulheres também tiveram atuação. Conforme aponta a autora mencionada “um olhar sobre as temporalidades comumente negligenciadas pode revelar outras histórias”.

É nessa perspectiva que se encontra o objetivo deste trabalho. A tentativa aqui é de recuperar experiências históricas de mulheres entre as ditas ondas do feminismo, períodos ainda pouco investigados sobre a participação das mulheres no espaço público. Dessa forma, o olhar recai no período de 1946 a 1964, com uma historiografia ainda muito marcada pelas figuras masculinas.

Especificamente, o objetivo deste trabalho é identificar de que maneira as mulheres participaram do debate político e das lutas que envolveram o governo de João Goulart e suas reformas de base. Durante o período em que ele esteve no cargo da Presidência da República (1961-1964), houve a criação de uma associação de mulheres chamado Movimento Nacionalista Feminino (MNF), entre 1963 e 1964, o qual teve uma atuação bastante significativa no Rio de Janeiro (RJ).

O enfoque, então, será analisar a composição e o posicionamento político do movimento. Conforme aponta Larissa Raele Cestari (2021), as mulheres que faziam parte do MNF:

“[...] se apresentavam, publicamente, como esposas dos membros da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), esposas de militares, sobretudo suboficiais e sargentos, profissionais liberais, trabalhadoras filiadas ao Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e donas de casa. (CESTARI, 2021)

Ainda que não se considerassem feministas, as pautas do movimento buscavam o protagonismo da mulher na política brasileira e defendiam as reformas de base. Como será demonstrado nesta pesquisa, o movimento que se descrevia como apartidário, tinha um posicionamento evidentemente à esquerda, em favor das reformas de base e com o objetivo de organizar politicamente a mulher brasileira em prol dessa luta.

O Jornal *Última Hora* do Rio de Janeiro constitui fonte para esta pesquisa, disponível on-line na Hemeroteca Digital Brasileira, da Fundação Biblioteca Nacional, o qual deu visibilidade para o movimento publicando, mesmo que nem sempre de maneira integral, documentos produzidos pelo MNF e instigando os leitores a conhecer e a suas leitoras a filiarem-se ao movimento. Além desse jornal, mesmo que não da mesma forma, vários outros contém citações sobre o movimento, como é o caso do Jornal do Brasil/RJ, O Semanário/RJ, Correio da Manhã/RJ, Brasil Urgente/SP, Correio Braziliense/DF, Última Hora/PE, Tribuna da Imprensa/RJ, entre outros<sup>1</sup>

O trabalho está dividido em 3 tópicos. O primeiro é dedicado ao contexto histórico de como João Goulart tornou-se Presidente da República e a agitação política que envolve a época. O segundo dedica-se ao acirramento dos conflitos que culminaram no golpe de março de 1964 e a deportação de Jango. O terceiro, e último, destina-se a analisar a criação e a participação do MNF nos debates políticos que envolviam o governo de Goulart a partir das publicações no Jornal Última Hora do Rio de Janeiro.

A escolha do objeto para este trabalho se deu pelo fato de que até a data de produção desta pesquisa, encontrei somente dois artigos que se debruçaram sobre o MNF, datados de 2021, os quais serão utilizados como referências bibliográficas. Essa ausência de trabalhos a respeito do MNF foi o que despertou meu interesse como pesquisadora. Ao analisar as fontes, é possível perceber que foi um movimento expressivo, que atuou de maneira organizada, buscando que suas vozes fossem ouvidas, em meio as disputas políticas que permearam o contexto daquela época.

---

<sup>1</sup> <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

## **TÓPICO I - O GOVERNO DE JOÃO GOULART E AS REFORMAS DE BASE.**

A História do Brasil Republicano é marcada por diversos conflitos, tensões e controvérsias. No entanto, de acordo com Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado, uma questão é recorrente em toda a historiografia do período: a construção e a consolidação da cidadania e democracia, conceitos que ainda hoje são usados para atender agendas políticas diferentes. O período entre 1946 a 1964, o qual os autores mencionados intitulam de '*O tempo da experiência democrática*', foi marcado por diversas tensões políticas. No governo de João Goulart (1961-1964), essas tensões se estreitaram de tal forma que findaram em um golpe civil-militar em março de 1964 e na instauração de uma ditadura militar por 21 anos. (FERREIRA e DELGADO, 2003)

Dentre as várias contradições que permeiam a política brasileira, João Goulart, com um histórico político considerado como herança de Getúlio Vargas, ganhou as eleições para vice-presidente em 1960, em uma chapa contrária à de Jânio Quadros, apoiado pela UDN, que seria eleito o Presidente da República. De acordo com a Constituição Federal de 1946, as eleições para presidente e vice-presidente podiam ocorrer por chapas diferentes. Jango trilhou sua carreira política no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e como aponta Aline de Vasconcelos Silva:

...sob a forte influência do varguismo, estava politicamente ligado a uma tradição trabalhista, reformista e de um nacionalismo que aspirava pela conquista de um nível de desenvolvimento que alcançasse a “emancipação econômica” do país. (SILVA, 2019)

Jango, como era conhecido, foi deputado federal no Rio Grande do Sul, Ministro do Trabalho no governo de Vargas, vice-presidente de Juscelino Kubitschek e, então, vice-presidente novamente de Jânio Quadros. Este, porém, eleito, em apenas sete meses de mandato, renunciou ao cargo, causando um tumulto político. (FERREIRA, 2011)

Conforme previa a Constituição de 1946, o vice-presidente estava na esteira da sucessão, devendo ocupar a cadeira presidencial. No entanto, pouco antes de renunciar, Jânio Quadros encaminhou Jango para uma missão diplomática na República Popular da China, o que fez com que o cargo da presidência fosse ocupado interinamente pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli. (SCHWARCZ e STARLING, 2015)

Aí se iniciava uma saga para que João Goulart fosse empossado como Presidente, conforme previa a Magna Carta. Os comandantes das Forças Armadas àquela época tinham status de ministros. De acordo com as historiadoras Lilia M. Schwarcz e Heloisa M. Starling: “[...] três dias após a renúncia de Jânio, Mazzilli informou ao Congresso que os ministros militares não aceitavam o retorno de João Goulart para ser empossado na Presidência. Diziam mais: se Jango desembarcasse no Brasil, seria preso.” (SCHWARCZ e STARLING, 2015)

Alegaram risco a segurança nacional e, conforme evidenciado por (FICO, 2014), enviaram uma manifestação à nação brasileira informando sobre os perigos e inconveniência do retorno de Jango, acusando-o de comunista, pela sua carreira política no trabalhismo e sua ligação com os setores sindicalistas.

No Rio Grande do Sul, surgiria o protagonismo de uma personalidade emblemática, cunhado de Jango e governador do Estado: Leonel Brizola. A intenção do governador era garantir a posse de Jango a qualquer custo e, para isso, “pôs em ação a poderosa Brigada Militar gaúcha e determinou a transferência dos estúdios da Rádio Guaíba para o subsolo do Palácio Piratini” (SCHWARCZ e STARLING, 2015), com o objetivo de dar voz ao que ficou conhecido como Campanha da Legalidade.

A atuação de Leonel Brizola fez com que os ministros militares compreendessem que impedir a posse de João Goulart não seria tão fácil. O Governador de Goiás, Mauro Borges, apoiou a resistência de Brizola e:

Declarou a capital rebelada, mandou a Polícia Militar ocupar os pontos estratégicos da cidade, instituiu o ‘Exército da Legalidade’, formado por voluntários, e avisou: caso Goulart desejasse desembarcar no estado, teria toda a segurança de transitar de Goiânia a Brasília. (SCHWARCZ e STARLING, 2015)

Outros setores também se manifestaram, como é o caso da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a União Nacional dos Estudantes (UNE), que pediram cumprimento à ordem constitucional. Diversas manifestações eclodiram no país a favor da legalidade e a mobilização foi tamanha que o país quase entrou em uma guerra civil.

Para evitar esse confronto, João Goulart tomou posse no Congresso Nacional em 7 de setembro de 1961, em uma conjuntura bastante peculiar, perante um sistema parlamentarista implantado às pressas e com o intuito de limitar seus poderes enquanto

presidente e, também, de evitar um golpe militar que, neste caso, apenas o adiou por mais alguns poucos anos.

Ao aceitar a mudança para o regime parlamentarista, conforme explica FERREIRA e DELGADO:

A estratégia do presidente era a de desarmar os seus opositores conservadores, procurando ampliar sua base política com o apoio do centro, sobretudo com o PSD, mas, ao mesmo tempo, não querendo abrir mão de suas relações com as esquerdas. (FERREIRA e DELGADO, 2003, p. 348)

Ainda, o autor esclarece que, ao assumir a presidência, Jango “se viu frente às demandas históricas das esquerdas e, na verdade, pregadas ao longo dos anos por ele mesmo: as reformas de base” (p. 351). Já em 1961, as esquerdas e os movimentos nacionalistas vão se radicalizar em uma coalização sem precedentes, buscando alterar as estruturas econômicas, políticas e sociais através dessas reformas, que incluía os setores bancário, fiscal, urbano, tributário, administrativo e, principalmente, o agrário. De acordo com o autor, os grupos envolvidos eram o Partido Comunista Brasileiro (PCB), as Ligas Camponesas, a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), o movimento sindical representado pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), organizações dos subalternos das Forças Armadas, União Nacional dos Estudantes (UNE) e, também, grupos de organização trotskista. A coalizão buscava implementar as reformas de base a qualquer custo, sobretudo a agrária, sob o lema de ‘Reforma Agrária na lei ou na marra’.

As reformas de base faziam parte dos planos governamentais de Jango. Seu objetivo em implementá-las era, de acordo com Aline de Vasconcelos Silva:

diminuir a desigualdade social, a partir de uma melhor distribuição das riquezas; a consequente manutenção da “paz social”; e a eliminação dos entraves do desenvolvimento econômico do país. (SILVA, 2019)

A reforma agrária era a que causava maior repercussão e conflitos entre a esquerda e a direita, esta que naquele momento possuía maioria no Congresso. Para a esquerda “a mudança da estrutura fundiária no país não poderia acarretar indenizações prévias em dinheiro, como exigia a Constituição, sob o risco de se tornar, como se dizia na época, uma ‘negociata rural’.” (FERREIRA e DELGADO, 2003) Já o Partido Social

Democrático (PSD), que atuava como centro político dentro do Congresso, concordava com o que previa a Constituição e, ainda, “aceitava que os princípios das desapropriações por interesse social atingissem apenas o latifúndio improdutivo ou inadequadamente cultivado.” (p. 356).

João Goulart queria modificar o dispositivo constitucional, por emenda ou reforma, que permitisse a execução da reforma agrária, contudo, tal medida só seria possível com a atuação do Congresso Nacional. Aline de Vasconcelos Silva esclarece sobre o posicionamento do presidente:

O presidente Goulart repetiu inúmeras vezes o pedido de aprovação de uma emenda ou reforma constitucional que viabilizasse a execução da reforma agrária, ao longo de todo o seu período de governo. No ano de 1963, chegou inclusive a enviar, juntamente com o anteprojeto de reforma agrária, uma mensagem a Auro de Moura Andrade e Ranieri Mazili, respectivamente, presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados, solicitando a modificação constitucional como requisito para a reforma agrária, uma vez que a previsão constitucional da indenização prévia e em dinheiro representava um obstáculo de impraticável transposição ao mais adequado uso social da terra (Correio da Manhã, 1963a) (SILVA, 2019)

Jango era a favor das reformas, no entanto, as amarras do parlamentarismo não permitiam que ele as colocasse em prática. Nesse sentido, lançou a campanha para a volta do presidencialismo. Em 6 de janeiro de 1963, por meio de um plebiscito e uma votação expressiva, João Goulart conseguiu o retorno do regime presidencialista no Brasil, sem imaginar que pouco mais de um ano depois, seria derrubado e deposto de tal cargo.

## **TÓPICO II – POLARIZAÇÃO POLÍTICA E A CONCRETIZAÇÃO DO GOLPE**

Com a volta do regime presidencialista, João Goulart pôde, enfim, criar um plano de governo de maneira efetiva, no qual as reformas de base estavam incluídas. Contudo, para viabilizar a sua política, precisava articular e assegurar uma sólida base governamental. As eleições de 1962 para o Congresso Nacional, apesar da votação maciça de Leonel Brizola e outros do PTB, não foram o suficiente para garantir à Jango governabilidade para aprovar as reformas, e para as eleições de Governadores do mesmo ano, somente um governador eleito se considerava do campo da esquerda, Miguel Arraes em Pernambuco. (SCHWARCZ e STARLING, 2015). Brizola nesse momento já era considerado a grande liderança da esquerda e conseguia unificá-la de uma maneira impressionante.

O plano governamental do presidente, elaborado pelo economista Celso Furtado e intitulado de Plano Trienal, sofreu rigorosas críticas, principalmente da esquerda. Jango herdou uma grave crise econômica e um dos objetivos do seu plano a curto prazo era a contenção do processo inflacionário. De acordo com Cássio Silva Moreira, o Plano Trienal tinha as seguintes diretrizes:

...conciliar objetivos conjunturais e estruturais. Aliava medidas de curto prazo, nos marcos de um modelo dependente, às mudanças estruturais de longo prazo que visavam romper com a dependência externa (financeira, produtiva e tecnológica), chamadas de reformas de base. Conforme o seu principal elaborador, o Estado deveria assumir um papel determinante de regulador e de promotor do desenvolvimento, tendo na continuidade do processo de substituição de importações do setor de bens intermediários e de capital a referência fundamental para esse processo e, assim, superar a dependência tecnológica e financeira. (MOREIRA, 2011)

Para tentar mudar as estruturas econômicas e sociais pelas vias democráticas, Jango precisava colocar em prática uma política de conciliação, conforme avalia Jorge Ferreira:

... O sucesso do programa elaborado por Celso Furtado, portanto, dependia da capacidade do governo em formar uma coalizção

multiclassista, com base em acordos e concessões entre as partes. (FERREIRA e DELGADO, 2003)

Com uma esquerda cada vez mais radicalizada, o plano não demorou para ser atacado, inclusive por Leonel Brizola. A ala sindical resistiu às medidas colocadas em prática em relação ao corte nos créditos e a contenção salarial. Na tentativa de combater a inflação, Goulart atingia aqueles que formavam a base do seu partido e contrariava sua própria trajetória política ao favor do trabalhismo. Em contrapartida, com a pressão das indústrias automobilísticas e a recusa do FMI em negociar o refinanciamento da dívida, o plano de governo de Jango logo foi considerado inviável. Voltou-se, então, às reformas de base como seu principal objetivo político. Apresentou ao Congresso conservador em abril de 1963 o projeto de emenda constitucional que visava alterar a Constituição de 1946. Houve grande mobilização nas ruas, mas o projeto foi derrotado no Legislativo, causando mais uma crise na política de João Goulart. (FERREIRA e DELGADO, 2003)

Em outubro, mais uma situação emblemática. Carlos Lacerda, inimigo político de Getúlio Vargas e, conseqüentemente, do governo de Jango, concedeu uma entrevista a um jornal norte-americano acusando Goulart de comunista e pedindo intervenção dos Estados Unidos na política brasileira. Os ministros militares, em fúria, pediram ao presidente a decretação de estado de sítio com o objetivo de prender Lacerda. As reações:

... vieram de todas as partes, desde a conservadora Associação Comercial de São Paulo até o CGT. Miguel Arraes também negou apoio a Goulart. Direita e esquerda reagiram com contundência à proposta. (FERREIRA e DELGADO, 2003)

Jango demorou a entender que o cenário era de radicalização. O problema não estava nas tentativas de conciliação, o presidente era, inclusive, reconhecido por ser um excelente conciliador político, como nos mostra (FERREIRA e DELGADO, 2003) e (FICO, 2014). O problema residia no fato de que nenhuma das partes, esquerda ou direita, queriam acordos ou estavam dispostos a concessões. “Faltava ao governo habilidade de convencimento, e sobrava radicalismo às forças políticas que atuavam dentro e fora do Congresso Nacional (SCHWARCZ e STARLING, 2015). As crises internas eram também um reflexo do cenário internacional. Em um contexto marcado pela polarização da Guerra Fria, as esquerdas radicalizadas queriam também a radicalização da política de Jango. Este, por sua vez, não abria mão de uma democracia social no país. Os setores

conservadores, por outro lado, não confiavam no presidente, na sua herança varguista e em seu projeto de reformas, e usavam isso para acusá-lo de comunista. Em suma, o presidente estava, de certa forma, isolado politicamente. De acordo com as historiadoras Lilia M Schwarcz e Heloisa M Starling:

A partir de outubro [de 1963], a instabilidade política e administrativa do governo ficou evidente. Havia paralisia decisória no Executivo, consequência da alta rotatividade ministerial, da ausência de uma sólida maioria parlamentar e da radicalização das forças políticas. (SCHWARCZ e STARLING, 2015)

Com a grave instabilidade política e administrativa, os golpistas conseguiram usurpar o sentido do uso da bandeira em defesa da legalidade, conforme aponta as autoras mencionadas. Associado a esse discurso, que defendia o cumprimento dos dispositivos constitucionais, havia também uma intensa campanha para desacreditar a política de João Goulart e seus preceitos democráticos, que mobilizava a opinião pública de maneira significativa. A base social em defesa da derrubada de João Goulart foi peça fundamental para a concretização do golpe que aconteceria em março de 1964. Até porque o discurso dos setores conservadores em investir contra o regime constitucional por uma suposta defesa das instituições democráticas não era novidade naquele momento. Conforme observa FERREIRA e DELGADO:

... desde 1954 grupos conservadores brasileiros tentaram golpear as instituições: em agosto daquele ano, em novembro de 1955, em duas tentativas no governo de Juscelino e uma decisiva em agosto de 1961. Não conseguiram. Não encontraram apoio da sociedade para o golpe. Em outras palavras, não basta conspirar, mesmo que com o apoio de potências estrangeiras. É preciso encontrar uma ampla base social para levar a conspiração adiante. (FERREIRA e DELGADO, 2003)

Carlos Fico (2014) faz uma clara distinção analítica em relação à conjuntura do golpe: existia por um lado, uma campanha de desestabilização do governo de João Goulart, na qual os militares tiveram pouca atuação. E houve, sem confundir-se com a primeira, a conspiração pela derrubada do presidente que levou ao golpe, considerada difusa e que “resultou em ação militar que se desencadeou sem o conhecimento dos principais chefes militares.” (p. 27)

Ademais, a polarização política no Brasil no contexto do pré-golpe sofria com a influência da conjuntura internacional. A preocupação dos Estados Unidos com uma

“cubanização” da América Latina fez com que o combate ao comunismo se tornasse prioridade na agenda política em relação aos países do sul. Nessa perspectiva, era tolerável o fortalecimento de governos militares nesses países e cogitavam até mesmo intervir, caso fosse necessário, com o objetivo de evitar o alastramento do socialismo, conforme ficou evidenciado pela Operação Brother Sam. (FICO, 2014).

Os suboficiais eram responsáveis por outra frente de agitação e instabilidade política que marcaram o cenário do pré-golpe. Tinham suas próprias reivindicações e tentavam lutar por elas, causando preocupação no alto escalão das Forças Armadas, que sempre alegavam quebra da disciplina e da hierarquia.

No final do ano de 1963, Jango tomou uma série de medidas de cunho nacionalistas e para ampliação de benefícios sociais, com o objetivo de se aproximar das esquerdas. Na tentativa de pressionar o Congresso e implementar as reformas de base, o presidente decidiu lançar uma estratégia de apelo popular. Convocou comícios, que seriam realizados Brasil afora, com o objetivo de chamar a população para “participar, ativamente, das soluções para os problemas nacionais”. O Comício da Central foi um sucesso, com uma estimativa de 150 a 200 mil pessoas, com um discurso de Jango, finalmente, radicalizado, afirmando que havia chegado a hora das reformas, mesmo sem conciliação. (SCHWARCZ e STARLING, 2015)

Por outro lado, os setores conservadores também reagiram e mostraram sua insatisfação, a qual pôde ser vista pela famosa Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que ocorreu em 19 de março, na qual pregavam que era preciso salvar o Brasil de Jango, de Brizola e do comunismo. Meio milhão de pessoas foram às ruas, em forma de reposta ao Comício da Central e, também, lançar um apelo a sociedade em favor da intervenção das Forças Armadas.

Entre o famoso Comício da Central, realizado no dia 13 de março de 1964 até golpe, que ocorreu no dia 31, Jango tomou mais outras três iniciativas que, de acordo com (FICO, 2014), seriam catastróficas. A primeira foi a Mensagem Presidencial Anual ao Congresso encaminhada dois dias depois do Comício do dia 13. No discurso, reafirmava a necessidade das reformas estruturais e alegava que, enquanto presidente, defendia a delegação de poderes, do Legislativo para o Executivo e, ainda, propôs o chamamento de um plebiscito para consultar a população em relação às reformas. A mensagem foi recepcionada com suspeitas e utilizada para propagandear que as intenções de Goulart

não eram democráticas e “uma onda de suspeição sobre as intenções do governo agitou a imprensa e atingiu em cheio a opinião popular.”. (SCHWARCZ e STARLING, 2015)

A segunda é referente a Revolta dos Marinheiros, que ocorreu no dia 25 de março. A Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais comemoravam o segundo aniversário da criação da entidade. As reivindicações da associação, em suma, pediam seu reconhecimento e mudanças no rígido regimento disciplinar da Marinha. O motim aconteceu depois que o ministro da Marinha prendeu quarenta marinheiros e cabos que fizeram parte da organização da solenidade do evento. Dois dias depois, Goulart soltou os marinheiros e declarou-os anistiados, deixando “estarecida a oficialidade”. (SCHWARCZ e STARLING, 2015)

Quatro dias depois, a terceira iniciativa catastrófica, Jango confirmou presença em um outro evento de militares subalternos. De acordo com (FICO, 2014), o que parecia era que o presidente estava comemorando a quebra de hierarquia que acontecia nas Forças Armadas. Tancredo Neves ainda tentou persuadi-lo, mas foi em vão. Compareceu ao evento e em seu discurso criticou o posicionamento da Igreja Católica, fazendo referência a Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade e reafirmou, mais uma vez, o seu posicionamento em relação às reformas.

Nesse momento, contudo, o golpe já estava em curso.

### **TÓPICO III - A participação do Movimento Nacionalista Feminino (MNF) no debate político durante o governo de João Goulart.**

Pelos limites do trabalho, não entrarei nos pormenores que envolvem os dias fatídicos de 31 de março e 1º de abril de 1964. Um Presidente da República eleito democraticamente fora derrubado e deposto por um ato golpista articulado pela alta cúpula militar, com grande apoio da sociedade e dos Estados Unidos. O Brasil experienciou uma ditadura militar durante 21 anos, violenta e opressora. Até os dias de hoje busca-se reparar os danos causados por esse período atroz de nossa História.

É no contexto de efervescência e instabilidade política do ano de 1963 que o Movimento Nacionalista Feminino (MNF) será fundado em Brasília no dia 05 de junho de 1963. A primeira citação sobre o movimento no jornal *Última Hora* do Rio de Janeiro consta do dia 29 de maio daquele ano. De acordo com a notícia, a associação seria fundada na capital federal sob a direção de Jurema Brochado da Rocha, então viúva do Deputado Estadual Francisco de Paula Brochado da Rocha.<sup>2</sup>

O Jornal *Última Hora* foi fundado pelo jornalista Samuel Wainer em 12 de junho de 1951 na cidade do Rio de Janeiro. De acordo com o Atlas Histórico do Brasil, disponível on-line, o jornal ficou conhecido por revolucionar a imprensa brasileira da época e, segundo seu fundador, o objetivo do periódico era romper com “a formação oligárquica da imprensa brasileira e dar início a um tipo de imprensa popular e independente”.<sup>3</sup>

Na pesquisa feita sobre o Movimento Nacionalista Feminino (MNF), entre o período de 29 de maio de 1963 e 31 de março de 1964, há 113 ocorrências no jornal *Última Hora* do Rio de Janeiro, disponível na Hemeroteca Digital Brasileira, da Fundação Biblioteca Nacional. O segundo jornal que mais publicou sobre o movimento foi o Jornal do Brasil também do Rio de Janeiro, com 9 ocorrências, o que demonstra que o *Última Hora* foi um porta voz significativo do movimento. Nessas ocorrências é possível identificar as suas características, sua atuação e objetivos.<sup>4</sup>

---

<sup>2</sup> Francisco Brochado da Rocha foi deputado estadual do Rio Grande do Sul, Secretário Estadual de Educação e Cultura, do Interior e Justiça durante o governo de Leonel Brizola. No âmbito federal foi Consultor-Geral da República e Presidente do Conselho de Ministros durante o regime parlamentarista.

<sup>3</sup> <https://atlas.fgv.br/verbete/6400>

<sup>4</sup> <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

O movimento se intitulava como nacionalista. Naquele contexto, levantar bandeiras atinentes ao nacionalismo significava compactuar com a política de João Goulart. A defesa contra a dependência do capital estrangeiro, do monopólio estatal e do desenvolvimentismo eram pautas intrincadas ao conceito. (RIBEIRO, 2021) O Movimento era composto por esposas de parlamentares, onde se destaca o nome, além de Jurema citado anteriormente, o de Neusa Brizola, companheira de Leonel Brizola e irmã de João Goulart. Ademais, o movimento contava com as participantes Gilca Santana, Alda de Sousa Pereira e Alaíde Pereira Nunes, esposas, respectivamente, dos parlamentares Fernando Santana (PSD-BA), Temperani Pereira (PTB-RS) e Adão Pereira Nunes (PSP-RJ). (RIBEIRO, 2021, p. 8)

No dia 27 de julho, pouco mais de um mês da inauguração do movimento em Brasília, foi publicado no jornal que o MNF seria instalado no Rio de Janeiro. Na matéria, há uma transcrição do que Geir Campos, colunista do jornal, denominou de “uma espécie de proclamação”, o qual merece ser transcrito, por revelar as intenções do movimento:

Mulher Brasileira:

É chegada a hora de assumirmos em toda a sua plenitude as responsabilidades que nos tocam perante a Pátria. Desde 1932 gozamos do direito de concorrer às urnas para a escolha dos representantes do povo nas Casas Legislativas e dos Chefes do Executivo nacionais e estaduais. Todas as profissões nos estão abertas e em muitas delas mulheres ilustres têm projetado o nome do Brasil para além de suas fronteiras. Dos cargos mais humildes aos mais altos, temos colaborado em todos os setores da administração do nosso País. Entretanto, até este momento, muito pequena tem sido a nossa participação ativa na vida nacional. (ÚLTIMA HORA, 27 de julho de 1963)

O discurso revelava a participação ativa das mulheres brasileiras no mercado de trabalho, mas chamava atenção para o fato de que, apesar de gozarem de direitos políticos há 30 anos, a participação das mulheres no debate político ainda era muito pequena.

E continua:

Agora, porém, quando cerca de duas mil crianças morrem diariamente à mingua de alimentação e a fome e o desemprego rondam milhares e milhares de lares em nossa Pátria, quando mais de dezesseis milhões de analfabetos crescem analfabetos sem terem jamais conhecido uma escola – é sem dúvida chegada a hora de todas nós, mulheres brasileiras, desde a mulher que labuta nas profissões liberais, a funcionária, a industriária, a comerciária, a estudante, a professora, a mãe de família e a dona-de-casa, à empregada doméstica, até a última de nós, todas nós juntarmos a nossa voz ao clamor de revolta que sacode o povo brasileiro

ante os flagelos e a miséria que degradam nossa Pátria e comprometem o futuro de nossos filhos.

O discurso direcionado para todas as mulheres brasileiras evidencia o caráter nacionalista do movimento, contra a carestia de vida e o capital estrangeiro. Com um apelo um tanto quanto sentimentalista, em defesa da família e dos filhos:

Rica é a nossa pátria, bom e trabalhador é o nosso povo: mas poderosos e gananciosos grupos econômicos, vinculados ao capital estrangeiro e subordinados a interesses antibrasileiros, tudo tem feito e continuam a fazer para conservar odiosos privilégios de uns poucos à custa da miséria e do atraso de milhões, num estado de subdesenvolvimento que paralisa o nosso progresso.

Unamo-nos todas ao esforço, comum do povo brasileiro na luta pela libertação econômica de nossa Pátria, defendendo os verdadeiros princípios nacionalistas – pois só eles abrirão definitivamente as portas do nosso desenvolvimento e progresso. Participemos da grande e patriótica luta de nossos dias, ao lado de nossos maridos, de nossos filhos, de nossos irmãos! Colaboremos com os autênticos homens públicos na construção de um Brasil melhor, para sempre livre da fome, da miséria crônica, do analfabetismo, um Brasil onde haja justiça e oportunidade de trabalho para todos.

É chegada a nossa hora. Torna-se um imperativo de consciência e patriotismo respondermos ao chamamento de Pátria: somos nós mulheres também capazes de sacrifício e não tememos a luta.

Por nossas famílias, por nossos filhos, o Brasil precisa de nós” (ÚLTIMA HORA, 27 de julho de 1963)

No dia 3 de agosto, foi publicado no jornal trechos do estatuto do movimento. Em seu segundo artigo, o MNF declarava seu objetivo:

O Movimento Nacionalista Feminino tem por fim a incorporação das mulheres no processo político-social (dando-lhes participação mais eficiente), o debate (estudo e divulgação) dos temas de ordem econômica, social e política que digam respeito ao desenvolvimento nacional, à propagação e defesa das ideias nacionalistas, pugnando pelas reformas de base e pelo combate à espoliação brasileira (e todas as medidas que modifiquem estruturalmente a economia nacional, de modo a propiciar a todos uma participação equitativa e justa na riqueza), o reforçamento da consciência da mulher brasileira quanto à capacidade e ao alcance da sua atuação política, e o concitamento a que elas exerçam as suas liberdades públicas e constitucionais como instrumento adequado para a conquista dos direitos populares (inclusive propondo às autoridades constituídas do País e por todos os meios legais, medidas que visem a melhoria do povo e assegurem a paz entre as nações). (ÚLTIMA HORA 3 de agosto de 1963)

É interessante observar essa convocação para que as mulheres participassem do debate político daquele contexto. Na perspectiva de Cestari (2021) o MNF surgiu em resposta às diversas organizações femininas anticomunistas que emergiram entre 1962 e 1964 (pág. 5). Essas mulheres conservadoras entraram no debate político em defesa da família, contra o governo de João Goulart e contra o comunismo. As associações que mais ganham destaque são: União Cívica Feminina (UCF, São Paulo, 1962); Campanha da mulher pela Democracia (CAMDE, Guanabara, 1962); Cruzada Democrática Feminina (CDF, Pernambuco, 1963); Liga da Mulher Democrática (LIMDE, Minas Gerais, 1964). (SIMÕES, 1985). A composição desses movimentos era por mulheres de classe média e alta, que tinham relações com o empresariado, políticos e militares que, naquele contexto, estavam ao lado oposto de Jango. (pág. 6). A mobilização social era importante para descredibilizar o governo de Jango e, nesse sentido, a participação das mulheres conservadoras foi expressiva. A autora esclarece:

[...] a partir de 1962, elas fizeram uma entrada estrondosa no cenário político do país. Partindo de modelos e papéis tradicionais de família e de gênero, elas se apresentaram como esposas/mães/donas de casa que vinham a público defender suas famílias ameaçadas pelos comunistas. O país era transformado no grande lar, a pátria, e a mulher, responsável pelo seu cuidado, estaria a postos para defendê-lo de todas as maneiras. Se estavam no espaço público, lugar destinado aos homens, era para defender os valores do privado, tradicionalmente tarefa feminina. (CESTARI, 2021, p. 6)

O MNF também mobilizou os papéis de gênero e os valores tradicionais que eram utilizados pela direita conservadora. Apesar de não questionarem esses papéis sociais estabelecidos, entraram na cena política reivindicando as reformas de base, que acreditava ser o meio possível para colocar fim aos problemas brasileiros, em nome da família e dos filhos.

A composição do movimento, apesar de ser majoritariamente por esposas de parlamentares, era bastante heterogêneo, o que demonstra que essa visão de que as mulheres eram reservadas ao espaço privado é um pouco deturpada:

Havia donas de casa, mas também advogadas, economistas, arquitetas, jornalistas, universitárias, artistas, escritoras, cientistas, professoras, funcionárias públicas e, embora em menor número, operárias. Eram mulheres que trabalhavam fora do espaço privado, que saíam do lugar

de atuação estabelecido para elas no modelo de família patriarcal, e ocupavam cargos para além das profissões consideradas femininas, tais como professora, enfermeira, etc. (CESTARI, 2021, p. 14-15)

O MNF foi criado na capital federal, mas possuiu diversas sessões em outros estados, como Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Pernambuco. No Rio de Janeiro, teve atuação na Guanabara, com Neusa Brizola como presidente, e em Niterói. Quando da instalação em Niterói, o jornal anunciou, em 26 de agosto: “A memória de Vargas foi reverenciada, mas a tônica dos discursos foi a exigência das reformas de base.” Neusa Brizola discursou na ocasião, “longamente aplaudida pela multidão presente” (ÚLTIMA HORA, 26 de agosto de 1963, p. 3):

É hora de darmos as mãos e exigirmos que as promessas sejam cumpridas, que as reformas de base sejam concretizadas. Trago às mulheres do Estado do Rio a mensagem das gaúchas que estão dispostas e um amplo movimento para fazer sentir os dirigentes de nossa Nação que não é mais possível adiar reformas como a agrária que somente lucros trarão para o Brasil. (ÚLTIMA HORA, 26 de agosto de 1963, p. 3)

Apesar de se intitulem como um movimento apartidário, uma ocorrência do dia 24 de agosto é sintomática em revelar como era visto o posicionamento político do MNF e como sua atuação era expressiva naquela circunstância:

O ibadiano Daso Coimbra, como não podia deixar de ser, é contra o Movimento Nacionalista Feminino e, nesse sentido, gastou boa parte do horário do suplemento do Grande Jornal Niteroiense, que geralmente é usado para construir. Se o IBAD<sup>5</sup> combate o MNF é sinal de que o teme. Portanto é sinal de que está vitorioso. (ÚLTIMA HORA, 24 de agosto de 1963, p. )

O movimento atuava por meio de recrutamento, com “convites pessoais, organização de cursos e seminários, campanhas pela imprensa nacionalista, demonstrações públicas, ações junto a entidades nacionalistas e de esquerda.” (CESTARI, 2021, p. 16). Em 7 de setembro, foi anunciado que o MNF promoveria uma espécie de seminário para tratar de assuntos econômicos, políticos e sociais do país. As aulas já tinham temas e palestrantes:

---

<sup>5</sup> O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) foi uma organização anticomunista fundada em 1959, financiado por empresários brasileiros e estadunidenses. Seus integrantes também faziam parte do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), organização relevante para a derrubada de João Goulart.

[...] a economista Helga Hoffman (o desenvolvimento nacional); o Professor Dalton Boechat (petróleo e política industrial); o ex-Ministro João Pinheiro Neto (a inflação e os salários); o Coronel Jocelyn Brasil (fatores da carestia); o pintor Israel Pedrosa (a arte e o desenvolvimento nacional); o jornalista Antônio Teodoro (jornal e opinião pública); o editor Enio Silveira (razão de parecerem caros os livros); o professor Artur Weiss (origens do problema agrário brasileiro); o ensaísta Silvio Monteiro (como atua o imperialismo no Brasil); e o professor Benjamin Carias (a educação colegial de nossos filhos) (ÚLTIMA HORA, 7 de setembro de 1963, p. 3)

Chegaram a patrocinar um curso chamado ‘Introdução aos problemas brasileiros’ no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e participaram de vários comícios pró-reformas de base. No famoso Comício da Central realizado no dia 13 de março de 1964, citado no tópic II deste trabalho, também contou com a participação do movimento, que atuou efetivamente para recrutar mulheres e dar visibilidade ao comício e demonstrar o apoio da categoria:

Ao MNF coube duas tarefas nessa empreitada: fazer a arregimentação no meio feminino e dar publicidade ao apoio das mulheres ao comício. O movimento organizou a ida, ao Rio de Janeiro, de delegações das suas sessões nos estados. O objetivo era destacar a imagem legitimadora da mulher, tal como as direitas faziam. Por meio de declarações públicas, divulgadas nos jornais nacionalistas, o MNF concitava a união feminina em torno dos trabalhadores para, em uma frente única, pressionar o Congresso para aprovar as reformas de base.

Em uma reação à Marcha da Família com Deus pela Liberdade, Neusa Brizola estava preparando um ato feminino a ser realizado no dia 3 de abril de 1964 conjuntamente entre o MNF e a Liga Feminina da Guanabara. No entanto, o golpe veio antes. Assim como várias outras associações, o MNF desapareceu com o golpe, sendo o último registro do movimento no Última Hora exatamente constando do dia 31 de março de 1964, informando que o MNF faria parte de uma manifestação no Jardim São João com os seguintes objetivos:

Durante a manifestação de logo mais na capital fluminense, as forças populares vão lançar duas campanhas: uma por um Ministério mais identificado com as aspirações populares e outra pela fixação da data do plebiscito quando o povo dirá “sim” ou “não” às reformas. (ÚLTIMA HORA, 31 de março de 1964, p. 3)

Depois disso, com a concretização do golpe, não houve mais ocorrências do MNF no Jornal Última Hora do Rio de Janeiro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Escrever sobre a História das Mulheres é uma maneira de “alterar a exclusiva universalidade do homem como sujeito.” (SILVA, 2008). Uma maneira de questionar o papel central que é dado nas narrativas históricas aos homens e seus feitos. É demonstrar, pelas evidências históricas, que as mulheres também são protagonistas dos contextos nas quais estão inseridas. É responder aos meus próprios questionamentos, enquanto pesquisadora e mulher, e entender que “como integrantes da humanidade, também estamos presentes na história, fazemos história, escrevemos histórias.” (MUNIZ, 2018)

O Movimento Nacionalista Feminino (MNF) foi uma voz relevante no cenário que marcou as disputas políticas do governo de João Goulart. As mulheres que faziam parte do movimento estiveram presentes no debate público assumindo seus posicionamentos, de forma organizada e armadas ideologicamente. Acreditavam nas reformas de base prometidas por João Goulart em defesa dos direitos populares. Não apenas isso, atuaram de forma a tentar realmente efetivá-las. Após o golpe de 64, o gabinete de Leonel Brizola no Rio de Janeiro foi invadido pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), onde foram encontradas mais evidências da atuação do MNF:

“[...] selos emitidos para angariar fundos ao MNF, autorizações de Neusa Brizola para fundação de núcleos do MNF, diplomas do ISEB, também assinados por Neusa Brizola, e prontos para serem entregues às participantes dos cursos” (CESTARI, 2021)

Pelos limites do trabalho não foi possível fazer a análise de todas as ocorrências que citam o MNF no Jornal Última Hora. Contudo, é evidente a atuação do movimento de maneira expressiva, ao menos, no Rio de Janeiro. Não por acaso, pois, mesmo com a mudança da capital federal para Brasília, a antiga capital continuava sendo o palco das disputas políticas do período.

Resgatar a história da atuação desse movimento é uma maneira de historicizar a presença feminina no espaço público em um período ainda muito marcado pelas figuras masculinas. Uma tentativa de reescrever a mulher na história política brasileira, em um papel de protagonismo e de luta. Como bem observado por (CESTARI, 2021), o MNF: “Legitimou a política como espaço feminino, mesmo quando acionava modelos tradicionais como o da mãe/esposa/dona de casa.”

## REFERÊNCIAS

ALVES, IRACÉLLI D. C. **FEMINISMO ENTRE ONDAS: Mulheres, PCB e política no Brasil.**

BARROS, José D. A ESCOLA DOS ANNALES E A CRÍTICA AO HISTORICISMO E AO POSITIVISMO. **Revista Territórios e Fronteiras**, Jan/Jun 2010.

CESTARI, Larissa R. Esquerda, volver: o Movimento Nacionalista Feminino (. **Temporalidades - Revista de História**, n. Edição 35, v. 13, n. 1, jan/jun 2021.

FERREIRA, Jorge. **João Goulart - uma biografia.**

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília D. A. **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática.**

FICO, Carlos. **O Golpe de 1964. Momentos Decisivos.**

HOLLANDA, Heloisa B. D. **Pensamento Feminista Brasileiro: Formação e contexto.**

MOREIRA, Cássio S. O PROJETO DE NAÇÃO DO GOVERNO JOÃO GOULART: o Plano Trienal e as Reformas de Base (1961-1964), Porto Alegre, 2011.

MUNIZ, Diva D. C. G. Sobre História e Historiografia das Mulheres. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, MG, n. v.31, n.1, jan./jun 2018.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres.**

RIBEIRO, Guilherme L. FPN E SOCIEDADE CIVIL: O CASO DO MOVIMENTO NACIONALISTA FEMININO (1963-1964). **ANPUH-Brasil. 31º Simpósio Nacional de História**, Rio de Janeiro, 2021.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil: uma biografia.**

SCOTT, Joan. Gênero: uma Categoria Útil de Análise Histórica. **Educação e Realidade**, 1995. 71-99.

SILVA, Aline D. V. JOÃO GOULART E AS REFORMAS DE BASE. **TEXTOS E DEBATES**, Boa Vista, jan./jun 2019. 5-20.

SILVA, Tânia M. G. D. TRAJETÓRIA DA HISTORIOGRAFIA DAS MULHERES NO BRASIL. **Politeia: Hist. e Soc.**, 2008. 223-231.

